

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE

Francisco Ivo Cavalcanti Netto

Natal - 1997

FRANCISCO IVO CAVALCANTI NETTO



O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE

Monografia apresentada junto à disciplina Pesquisa Histórica II, orientada pelo Professor Wicliffe de Andrade Costa.

Natal - 1997

AGRADECIMENTOS

Ao professor Wicliffe de Andrade Costa, por sua valiosa colaboração para a concretização deste trabalho, com sugestões e correções preciosas;

À professora Aurinete, pelas correções pertinentes na referência bibliográfica, parte integrante desta monografia;

Aos colegas Spencer, Sérgio, Francisco Carlos, Jailma e Divanilza, pelos bons momentos que passamos juntos durante todo o curso;

À todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram com suas sugestões para a elaboração da monografia, em especial, ao Dr. François Silvestre, pelos diversos livros emprestados e pelas horas de boa conversa sobre a temática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO - 1960-1964.....	7
1.1 - A GUERRA FRIA.....	7
1.2 - A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL.....	9
1.3 - A CRISE DO POPULISMO.....	11
CAPÍTULO II - O GOVERNO GOULART.....	13
2.1 - POSSE E PARLAMENTARISMO.....	14
2.2 - AS REFORMAS DE BASE.....	16
2.3 - O GOLPE POLÍTICO-MILITAR.....	18
CAPÍTULO III - O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE.....	26
BIBLIOGRAFIA.....	36

INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, é costumeira a ruptura do quadro político-institucional, com movimentos justificados em defesa da “legalidade”, da “liberdade” e da “democracia”.

Tais movimentos, como, por exemplos, o que instaurou a República em 1889 e o que deflagrou o golpe de 64, têm em comum a efetiva colaboração das Forças Armadas, destacando-se em especial o papel desempenhado pelo Exército brasileiro.

A ruptura no ordenamento constitucional traz em si mesma sérios questionamentos, de ordem jurídica, política, econômica, social, e por que não acrescentar também, histórica.

Justifica-se a escolha da temática por se tratar de um assunto que traz relevância para a historiografia norte-riograndense. A escassa referência bibliográfica local demonstra claramente isto, com algumas obras de cunho eminentemente memorialístico, e outras, de caráter introdutório para as teses na área educacional, mais precisamente, no estudo da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

O Rio Grande no Norte nesse contexto, aderiu ao movimento golpista em que, através dos seus principais representantes, passou a seguir todas as diretrizes traçadas pelo governo militar.

Nesse estudo, não se pretende abraçar todo o período em que os militares encontraram-se à frente da presidência do Brasil, mas tão

somente, aqueles primeiros acontecimentos ocorridos logo após a deflagração do golpe - com o ato que depôs João Goulart -, com as estruturas políticas do Estado, através dos poderes Legislativo e Executivo, consolidando o movimento golpista no Rio Grande do Norte.

Tal consolidação refletiu na deposição sumária do Prefeito Djalma Maranhão, eleito democraticamente, mas acusado após o golpe de 64 de conduta perigosa contra as instituições do regime democrático.

As expressões, legalidade, democracia e liberdade, perdem nesse período o conceito da cientificidade política. Utilizadas com bastante frequência nos discursos políticos, servem para confirmar o comportamento paradoxal dos nossos governantes. Defenderam o golpe de Estado em defesa do regime democrático e da legalidade.

A própria sociedade referendou a ação militar, ocorrendo manifestações públicas em defesa do novo governo, apontando a “Marcha da Família com Deus” realizada na cidade de Natal.

Muitos profissionais liberais e servidores públicos foram atingidos pelas orientações traçadas neste processo de consolidação do regime militar, com a instauração de inquéritos destinados a apurar a conduta de acusados de simpatizarem com o comunismo internacional, maior “inimigo interno” a ser combatido.

Esse apoio oferecido pelos principais políticos, - época, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Aluizio Alves -, muito custou ao Brasil, que conviveu por mais de vinte anos com o regime ditatorial, inclusive, os mesmos tiveram os seus direitos políticos cassados.

Importante o estudo desse período para a compreensão dos conceitos de liberdade, democracia e legalidade, igualmente, para a preservação das instituições democráticas, visando o seu fortalecimento e perpetuação, e que nossos militares possam conformar-se na atuação, aos limites impostos pela lei.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO - 1960-1964

1.1 - A GUERRA FRIA

O período sob enfoque necessita de uma análise sobre a realidade das relações internacionais, que muito contribuiu para a formação da mentalidade dessa época. Após o advento da Segunda Guerra Mundial, as potências mundiais ficaram resumidas aos Estados Unidos da América e à Rússia. Ambas as potências desenvolveram um elevado poderio atômico que, um possível conflito, poderia causar a destruição do planeta. A *guerra fria* significava dessa forma uma incessante disputa pela hegemonia mundial, em que cada uma dessas nações, através de sua política externa expansionista, tentava alargar a sua área de influência, estendendo-as as outras nações, que passavam a ser consideradas aliadas.

Evidentemente, cada potência refletia ainda modelos confrontantes no que se refere a ideologia praticada. Os Estados Unidos representavam a defesa do sistema capitalista; a União Soviética, a defesa do sistema socialista. Na ótica de Maria Helena Simões Paes¹ “ *os EUA e seus aliados afirmavam que Moscou - o perigo vermelho - arquitetava um plano de dominação mundial, infiltrando no Ocidente os chamados agitadores profissionais, cuja missão era estimular a subversão conquistando as mentes para a defesa do totalitarismo soviético*”.

¹ Paes, Maria Helena Simões. Em nome da Segurança Nacional: do Golpe de 64 ao início da abertura. p.5

Esses agitadores profissionais eram tidos como subvertedores da ordem, sempre associados pela classe dirigente aos grevistas, aos movimentos sindicais e quaisquer outras manifestações reivindicatórias ou de protestos. O crescimento econômico e industrial do mundo capitalista estava associado à expansão das empresas multinacionais, sobretudo americanas, que procuravam estabelecer-se nos países do chamado Terceiro Mundo. Ainda na sua visão “*para a maior parte das esquerdas, essa expansão das multinacionais foi entendida como uma relação de exploração entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Dizendo de outro modo, os países ricos chamados imperialistas exploravam os países pobres mantendo-os econômica e politicamente dependentes*”.²

Nesse contexto, o Brasil pós-guerra adotou desde o governo Getúlio Vargas a chamada democracia-populista, cuja política procurava conciliar setores das classes dominantes, mantendo em contrapartida uma mobilização controlada das classes dominadas. Os setores considerados progressistas eram aqueles não comprometidos com o imperialismo e o latifúndio: as classes trabalhadoras, setores das classes médias e ainda os setores nacionalistas do Exército e a chamada burguesia nacional. Na Escola Superior de Guerra, formadora do pensamento dos homens que assumiriam o poder pós-golpe e considerando a bipolaridade estabelecida pela Guerra Fria, a manutenção da ordem dependia da eliminação da subversão instigada pelo comunismo internacional.¹ Essa polarização esquerda-direita acentuou-se sobremaneira no governo de Goulart encontrando-se de um lado os militares e setores da burguesia nacional e do outro, as esquerdas e os nacionalistas.

² op.cit. pg.7

1.2 - A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL



A Doutrina da Segurança Nacional encontra-se consolidada e formada pelos criadores da Escola Superior de Guerra(ESG). A criação da ESG coincide com a participação da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial e o debate político acerca da exploração petrolífera.

A Escola Superior de Guerra foi criada no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, através do Decreto nº 25.075, datado de 22.10.48, com a característica de ser comum às três forças militares, subordinada diretamente ao Estado Maior das Forças Armadas, especializando-se no estudo da segurança nacional no âmbito da guerra fria, inicialmente, e no da “guerra revolucionária”, no contexto seguinte.

Destinava-se à preparação das “elites civis e militares”, e por essa razão, significativa a ausência total de representação das associações sindicais. Uma de suas construções teóricas alerta sobre o perigo comunista, apresentado este como “inimigo interno”, manipulador das tensões sociais em virtude do despreparo das elites políticas, aliada a inadequação das estruturas políticas no encaminhamento das questões de desenvolvimento econômico e segurança nacional.

Alerta sobretudo para a ingenuidade do povo brasileiro, fazendo que o mesmo se torne presa fácil da ação comunista, com infiltração em todas as áreas. Difunde-se ainda nas forças armadas a predisposição para intervir no quadro político-institucional, mesmo apresentando conteúdos democrático-liberal em suas formulações doutrinárias.

Após a II Guerra Mundial, a doutrina vinculada à Escola Superior de Guerra passa a ser um conceito fundamentalmente político, refletindo a preocupação do Brasil na constituição do bloco ocidental e à continuidade e preservação da sociedade capitalista.

Eliézer de Oliveira³, no estudo que trata justamente de analisar o perfil ideológico do pensamento militar, aponta como principais pensadores e mentores dessa ideologia os Generais Golbery do Couto e Silva, Juarez Távora, Castelo Branco e Cordeiro de Farias, entre outros, personalidades que estiveram na linha de frente do período revolucionário.

Ainda na construção teórica, essa escola, propugnava que os movimentos trabalhistas são suspeitos de serem orientados, dirigidos ou inspirados pela ação comunista. Para a Doutrina de Segurança Nacional, as forças armadas desempenham uma função primordial no Estado, criando os mecanismos de planejamento econômico e da segurança nacional.

Comentando o livro do General Golbery do Couto e Silva - Geopolítica do Brasil, afirma Júlio José Chiavenato⁴ que a teoria disposta deu origem ao plano expansionista brasileiro, que pretendia uma supremacia no cone-sul, formado pelos países da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, submetendo-se à política internacional firmada pelos Estados Unidos. Devido ao aumento da popularidade das esquerdas e do anúncio das reformas sociais, passou-se a entender a realidade brasileira como se existisse uma “guerra revolucionária”, o que intensificou a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, sendo o país um dos principais alvos da política intervencionista norte-

³ Oliveira, Eliézer R. de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil(1964-1969),p.27

⁴ Chiavenato, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar.p.59

americana. O golpe militar ignorou as noções básicas de direito constitucional criando a sua própria “legalidade” através dos atos institucionais.

1.3 - A CRISE DO POPULISMO

O populismo surge no Brasil sob o comando do político Getúlio Vargas e, na definição de Octavio Ianni⁵ “*é a forma política assumida pela sociedade de massas no país*”. Foi uma aliança frágil entre os setores progressistas das principais classes brasileiras, a burguesia industrial, setores tecnocráticos e gerenciais da classe média e setores sindicalizados das classes obreiras. Com a mútua cooperação entre elas ganhavam com o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da industrialização brasileira.

No Dicionário Político⁶ de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, define-se *populismo* como sendo “*as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes*”. O populismo aumentou o salário real do trabalhador brasileiro, expandiu a massa de trabalho participatória nos processos produtivos, aumentou o emprego e o nível geral de renda.

A partir do final do governo Juscelino Kubitschek o populismo entrou em crise quando não mais conseguiu assegurar a continuidade do crescimento econômico, impossibilitando assim de continuar a redistribuir ganhos de produtividade. Em decorrência da aceleração do processo inflacionário, a classe trabalhadora passou a reivindicar aumentos salariais cada vez mais

⁵ Ianni, Octavio. O colapso do Populismo no Brasil, p.177.

⁶ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. Dicionário de Política, p.980.

freqüentes, instrumentalizando-os através dos movimentos grevistas, tentando evitar o rebaixamento do poder aquisitivo dos seus salários.

Dessa forma, a crise final do processo populista encontra-se profundamente identificado com a incapacidade da economia brasileira de permanecer em constante crescimento. Os setores da classe média que apoiavam essa precária aliança populista passaram a temer a sua conversão numa efetiva socialização; o temor conduz a um reforço na aliança entre a classe média e a burguesia, na defesa da propriedade e do capital.

CAPÍTULO II - O GOVERNO GOULART

A política eleitoral nos anos 60 possibilitava a eleição majoritária para os cargos de Presidente e Vice-Presidente isoladamente, o que acarretou a vitória dos candidatos Jânio Quadros e João Goulart; o primeiro eleito pela coligação UDN/PDC e o segundo pela coligação PSD/PTB.

Após sete meses de um governo marcado por sua política contraditória e ambígua, em 25.08.61 Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República, ato unilateral formulado, para muitos autores, sem uma razão convincente para explicá-lo ou justificá-lo.

Comentando esse gesto que muito contribuiu para eclosão do movimento golpista de 1964, afirma Caio Navarro Toledo⁷ que *“a rigor, a renúncia constituía-se no primeiro ato de uma trama golpista. Julgava o demissionário que os ministros militares não apenas impediriam a posse de João Goulart, como também procurariam impor, juntamente com o massivo e sonoro ‘clamor popular’ o retorno do ‘grande líder’. Na sua fantasia, Quadros voltaria, pois, nos ‘braços do povo’.”*

Compactuando com a mesma idéia, argumenta Moniz Bandeira⁸ que *“seu plano consistia em renunciar ao Governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comando de Ministros reacionários, a admitir sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart, que se reelegera Vice-Presidente da República. O Congresso lhe delegaria as*

⁷ Toledo, Caio Navarro. O Governo Goulart e o Golpe de 1964, pg/8

⁸ Bandeira, Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil(1961-1964), pg/21

faculdades legislativas, coagido pelos acontecimentos, sem prejudicar, aparentemente, 'os aspectos fundamentais da mecânica democrática'. “

Contrariando as expectativas do presidente renunciante, o Congresso Nacional acatou tranqüilamente o pedido, recebendo-o como ato unilateral, não havendo qualquer clamor popular nas ruas em defesa do seu retorno ao governo. Mesmo no meio militar não houve qualquer iniciativa no sentido de reivindicar a volta de Jânio Quadros.

2.1 - POSSE E PARLAMENTARISMO

A posse de João Goulart na Chefia do Poder Executivo, mesmo amparado constitucionalmente, uma vez eleito Vice-Presidente e, encontrando-se vago o cargo presidencial, foi bastante conturbada em virtude do veto imposto pelos ministros militares, à frente o Ministro da Guerra Odylo Denis. Consideravam eles que seu empossamento era inadmissível “por motivos de segurança nacional”.

A Presidência da República foi exercida provisoriamente pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, até que o Congresso Nacional negou-se a vetar a posse de João Goulart, concordando com a opinião pública que exigia o cumprimento da Carta Constitucional, empossando-o como sucessor legal. Somente em 07.09.61, após a aprovação pelo Congresso Nacional de uma Emenda Constitucional aprovando o sistema parlamentarista, foi João Goulart devidamente empossado no cargo presidencial.

Observa Thomas Skidmore⁹ que “*Jango tornou-se presidente, não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os*

⁹ Skidmore, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. p.262

militares, combinada com uma ampla base da opinião do centro ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional”.

Justificavam os militares quanto ao receio de um governo janguista em razão da política por ele instituída quando ministro do Trabalho do governo Vargas, quando Vice-Presidente durante o governo Juscelino Kubstchek, sendo lembrado por suas manifestações de apoio aos movimentos grevistas. Para agravar ainda mais a situação, no momento da renúncia encontrava-se João Goulart em missão oficial à China, o que, na visão dos organismos militares, demonstrava a simpatia do presidente pelos países de regime totalitários.

A adoção do sistema parlamentarista de governo tinha por objetivo restringir os poderes constitucionais do presidente. Embora eleito dentro do sistema presidencialista, João Goulart teve que conformar-se com a transmutação do sistema, podendo essa atitude ser entendida como um “golpe branco”, ou seja, assumiu o poder condicionado ao controle de seus atos pelo poder Legislativo, com a indicação do Primeiro-Ministro.

Durante os quatorze meses em que governou sob as regras desse sistema, Jango procurou manobrar cuidadosamente a fim de recuperar os poderes presidenciais, ganhando aprovação popular através do plebiscito realizado em 06.01.63, quando foi abolido o sistema parlamentarista.

Nesse período o Brasil conheceu três Primeiros-Ministros: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Todos eles assumiram com o compromisso de estabelecer um programa de emergência para combater a inflação e o déficit público, pois o país gastava sempre mais do que arrecadava.

O parlamentarismo na verdade era um sistema natimorto, herdeiro de profundas distorções do governo Juscelino Kubitschek, com o país envolvido num progressivo endividamento externo, ao optar por um elevado nível de investimentos e manter as importações de equipamentos necessários ao desenvolvimento econômico.

Restabelecido o sistema presidencialista, pass^o João Goulart a postular as “Reformas de Base”, sedimentadas na reforma constitucional.

2.2 - AS REFORMAS DE BASE

Por “*reformas de base*” devemos entender as propostas de modificações na Constituição Federal de 1946 que, em virtude da grande transformação pela qual passou a sociedade brasileira, necessitava enquadrar-se ~~para~~ à nova realidade política-econômica. Muitos desses projetos de emendas constitucionais já se encontravam em tramitação no Congresso Nacional antes de João Goulart assumir o governo. Entre essas medidas apontamos o projeto que regulava o exercício do direito de greve(1953), definia os casos de desapropriação por interesse social(1953), dispunha sobre a reforma bancária(1950), autorizava a União a constituir a Empresa Centrais Elétricas S/A - Eletrobrás(1954), instituía o salário mínimo familiar(1953), a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, com emendas que permitiriam a racionalização e modernização do ensino e o que disciplinava o ingresso de capitais estrangeiros no País(1958), entre outras.

Essa exigência governamental pressionava ,por outro lado, o Poder Legislativo, a fim de que o mesmo resolvesse todos esses impasses que obstaculizavam a proposta de reforma social. Duas reformas dependiam basicamente de emendas constitucionais: a reforma agrária, para permitir o

acesso do trabalhador rural à terra, e a que permitia a redistribuição de rendas públicas a fim de satisfazer os interesses dos Estados brasileiros mais pobres e economicamente dependentes de verbas federais.

Visto tudo isso, defrontava-se o governo com a tentativa de superar a grave crise econômico-financeira ^{na} que ^{atravessava} o País, bem assim, a procura de soluções para aliviar as tensões sociais provocadas constantemente por movimentos grevistas de toda ordem.

Nesse período San Tiago Dantas e Celso Furtado elaboraram o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social que tinha por pressuposto básico combater a inflação aliando ao crescimento econômico. O ritmo inflacionário pelo qual vinha passando a economia (37%1961;51%1962) e o ritmo desacelerado do crescimento econômico(7,3%1961; 5,4%1962), fazia crescer a expectativa de uma hiperinflação, a concretizar-se no final do governo.

Entre as medidas efetuadas pelos economistas menciona-se a política da eliminação dos subsídios do trigo e do petróleo. Longe de atenuar a situação, o plano causou insatisfações em todos os níveis, inviabilizado política e economicamente pois, nem os empresários, nem os trabalhadores, ofereciam qualquer apoio. Adverte Moniz Bandeira¹⁰ que “ *a crise econômica atingira um ponto que impunha uma definição de classe. A intervenção cirúrgica, de um modo ou de outro, se tornara necessária. A questão consistia em saber de que lado se cortaria a carne. Ou o Governo completava as medidas de estabilização monetária, de acordo com o figurino do FMI, comprimindo os salários etc., ou reorientava o desenvolvimento do País no sentido da redistribuição de renda, mediante crescente intervenção do Estado na economia, com a limitação dos lucros extraordinários, controle das remessas para o exterior, tabelamento de*

¹⁰ op.cit. p.94/95

preços, reforma agrária, enfim, medidas drásticas e transformações de base, de caráter democrático e nacional. Qualquer das duas opções ultrapassava a força do Governo para exigir um governo de força.”

Em concreto, o governo João Goulart causava descontentamentos tanto para a direita como para a esquerda, associado à falta de apoio no Congresso Nacional aos seus projetos reformistas em virtude dos dois maiores partidos conservadores do país deterem em conjunto 54% de representação na Câmara Federal, o que freava o encaminhamento das reformas constitucionais.

Fracassado o plano econômico que visava a estabilização da inflação e o retorno às taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e travado os planos reformistas do governo, as extremas esquerda e direita tinham Jango como um incapacitado para governar, propagando seus opositores, Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, respectivamente governadores dos Estados da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais, a postura antidemocrática do presidente, provocador do caos para justificar sua pretensão golpista.

2.3 - O GOLPE POLÍTICO-MILITAR

Intervencionismo militar, principalmente por parte do Exército, não constitui novidade na trajetória política brasileira. Vale lembrar sua contribuição na instalação da República em 1889, para o fim da república oligárquica em 1930, sua participação em 1937 com a implantação do Estado Novo, para a própria deposição de Getúlio Vargas em 1945, e por fim, o movimento golpista de 1964.

Percebemos claramente que desde 1961 os militares davam mostras de sua insatisfação para com o governo que se iniciava, começando a conspirar a sua derrubada através de um golpe, reforçado ainda com o apoio decisivo da classe média e da burguesia industrial.

Afirma José Willington Germano¹¹ que “*as mobilizações populares em favor de reformas na estrutura da sociedade brasileira, intensificaram-se e o conflito entre capital e trabalho acentuou-se, agravando a crise de direção política do Estado*”. As reformas de base propostas pelo governo foram minadas pelos congressistas dos partidos políticos da UDN e PSD.

O governo João Goulart passá^o a mobilizar a sociedade conclamando-a a apoiar as reformas, realizando comícios, tendo o principal deles ocorrido em 13.03.64, quando reuniu cerca de 200.000 pessoas na Central do Brasil. As reformas atingiriam quase todos os segmentos da sociedade. Havia planos para as áreas eleitoral, administrativa, tributária, urbana, bancária, cambial e agrária.

No projeto de reforma urbana, pretendia o governo a desapropriação de imóveis excedentes desocupados. Comenta Júlio José Chiavenato¹² que “*cada proprietário poderia ter um número determinado de imóveis, o excedente seria desapropriado e entregue a novos donos, que o pagariam com o financiamento do Estado*”. Pela projeto de reforma bancária, previa-se a nacionalização de todos os bancos estrangeiros. A reforma eleitoral estendia o direito de voto aos analfabetos e soldados.

¹¹ Germano, José Willington. Estado militar e educação no Brasil(1964-1985)pg.43

¹² op.cit.p.15

Mas a proposta que gerou maior polêmica foi justamente a da Reforma Agrária. Por ela considerava-se passíveis de desapropriação as propriedades rurais improdutivas com mais de 500 hectares, localizadas às margens de rodovias e ferrovias federais e as terras com mais de 30 hectares quando situadas nas zonas que constituem bacia de irrigação dos açudes públicos federais.

Nesse comício João Goulart assinou os decretos de nacionalização das refinarias de petróleo particulares e da desapropriação. Diante de todos esse projetos tidos como “revolucionários”, dado ao elevado grau de politização da sociedade, foi desencadeada intensa mobilização, de um lado, pelas esquerdas e os nacionalistas, do outro, as elites econômicas e a direita política, com o apoio da classe média. Observa Maria Helena Simões Paes¹³ que “*na verdade, as classes médias que se mobilizaram contra o governo de João Goulart enxergavam, no próprio governo, no PCB, nas mobilizações trabalhistas e em toda a mobilização pelas reformas de base, uma ação do poder soviético que estaria ameaçando a nação.*”

Começavam a surgir os discursos políticos, principalmente os realizados por Carlos Lacerda, afirmando que João Goulart estava tentando polarizar a opinião pública preparando-se para a tomada do poder.

No dia 19.03.64 foi organizada uma manifestação pública em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada por movimentos feministas, setores da Igreja Católica, Fiesp e a Sociedade Rural Brasileira, contra o discurso proferido por João Goulart, empunhando a bandeira da fé religiosa, em defesa da liberdade e da democracia, pois havia um receio por parte desses manifestantes do Brasil converter-se numa nova Cuba.

¹³ op.cit.p.21



Em discurso proferido em 20.03.64, alertava o General Castelo Branco que *“não devia ser esquecido o papel histórico das forças armadas como defensores da ordem constitucional e das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral”*. NOTA

Mas o fato principal que ocasionou a oportunidade dos militares concretizarem a almejada deposição de João Goulart ocorreu com a anistia de marinheiros e fuzileiros navais, que reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos, na Guanabara, para a comemoração do segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

A anistia provocou uma forte reação no meio militar que, sob o argumento da quebra da hierarquia dentro das Forças Armadas, ou seja, os militares puniam os manifestantes e o governo anistiava-~~nos~~, mobilizaram-se em defesa da “democracia” e em nome da “segurança nacional”.

O levante militar teve início no dia 31.03.64, sob a liderança dos Generais Olympio Mourão Filho, idealizador do Plano Cohen em 1937, comandante da 4ª Região Militar com sede em Juiz de Fora, e do General Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisória, com sede em Belo Horizonte. O plano de Mourão consistia em mandar tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, onde seriam dominados o Ministério da Guerra e a Vila Militar. Nesse mesmo dia, o General Amaury Kruel, comandante do II Exército, com sede em São Paulo, ordenou que seus tanques marchassem sobre o Rio de Janeiro, aliando-se aos revolucionários.

O único movimento que tentou resistir ao golpe foi ensaiado por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, que falhou. O governo federal pouco

fez em sua defesa, permitindo que o movimento ganhasse força decisiva. Por fim, esses movimentos de tropas são contados através de memórias, entre as quais as de Juracy Magalhães, Carlos Luís Guedes e Mourão Filho que, por motivos suspeitos, os seus conteúdos são desprezados, pois trata-se de relatos apaixonados, que podem causar alguma distorção aos fatos até então discorridos, não mudando o fato principal que foi a queda do governo Goulart.

Apesar do golpe de 1964 ter sido deflagrado em defesa da preservação do regime democrático, ocorreu de fato uma implantação gradual de uma ditadura militar, que vigorou por mais de vinte anos, com suporte doutrinário alicerçado na Escola Superior de Guerra com a ideologia da segurança nacional.

No dia 01.04.64 o General Arthur da Costa e Silva assumiu o Ministério da Guerra, proclamou-se Comandante Supremo da Revolução, prometendo restaurar a legalidade, reforçar as instituições democráticas ameaçadas e, principalmente, eliminar o perigo da subversão e do comunismo. Esse “comando revolucionário” era integrado ainda pelo Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o Vice-Almirante Augusto Rademaker.

Nesse mesmo dia o Congresso Nacional aprovou a declaração de vacância do cargo de Presidente da República, escolhendo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, para assumir o cargo formalmente. Comentando esse episódio argumenta Thomaz Coelho¹⁴ que “quando Auro de Moura Andrade declarou vago e empossado o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, na Presidência da República, os políticos imaginavam estar se compondo uma aliança em que as forças armadas ficariam com a tarefa de restabelecer a ordem social e os partidos políticos e o Congresso manteriam as funções de mediadores entre o Estado e a sociedade”.

¹⁴ Coelho, Thomaz. À sombra do sistema, pg/ 53.

Em 09.04.64 o Comando Revolucionário editou o Ato Institucional nº 01, cuja justificativa vale a pena transcrever: *“A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação, na sua quase totalidade, destina-se a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização, a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe”*.

Com esse discurso o Supremo Comando Revolucionário através das normas contidas nesse Ato Institucional avocou para si poderes constituintes, enfraquecendo os demais poderes, Legislativo e Judiciário, hiperatrofiando o Poder Executivo. O Ato Institucional nº 1 assegurava ao Presidente da República o poder de emendar a Constituição, exclusividade para legislar no campo financeiro e tributário e decretar estado de sítio. Por esse instrumento normativo convocava-se a eleição do Presidente e do Vice-

Presidente da República para dentro de dois dias, cujo mandatos terminariam em 31.01.66, não havendo inelegibilidades a declarar.

Ademais, suspendeu por seis meses as garantias até então constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, a fim de possibilitar que os servidores que porventura *“tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública”*, uma vez submetidos à investigação sumária, pudessem ser demitidos ou dispensados, transferidos para a reserva ou reformados, ou colocados em disponibilidade.

Através do seu art. 8º dispunha que *“os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente”*.

Finalizando, autorizava ainda a suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos, prerrogativa utilizada com bastante frequência pela cúpula militar.

No dia 15 de abril de 1964 assum^{iu} a presidência o General Castelo Branco, escolhido pela maioria dos membros que compunham o Congresso Nacional. Foi eleito Vice-Presidente José Maria Alkmim, líder da UDN. Na visão de John Dulles¹⁵, autor brasilianista, *“a maioria dos homens que em abril de 1964 integraram o informal colégio eleitoral, buscava um presidente disciplinador, que respeitasse a legalidade e se opusesse à subversão e à corrupção”*.

¹⁵ Dulles, Jonh W.F. Castelo Branco: o presidente reformador. pg. 10.

Foram cassados os políticos João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek, entre outros, totalizando seis governadores, dois senadores e 63 deputados federais.

A repercussão de todos esses acontecimentos ocorridos no ano de 1964 será tratado a seguir, demonstrando a forma pela qual o Estado do Rio Grande do Norte pôs em prática as orientações traçadas pelo governo revolucionário.

CAPÍTULO III - O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE

Na década de 60 o Rio Grande do Norte sofria influências políticas do setor algodoeiro-pecuário, sob a liderança do Senador Dinarte Mariz, e do populismo, liderado por Aluizio Alves.

As eleições estaduais desse período consagram a ascensão política do movimento populista, exemplificado com a vitória de Miguel Arraes para governador de Pernambuco, sepultando a ultrapassada política coronelista.

Aluizio Alves foi eleito em 1960 pela coligação PSD/PTB/PDC, assumindo o governo em 31.01.61, representando a força modernizadora que estabeleceria as condições infra-estruturais requeridas pela industrialização, tal qual a eletrificação do Estado, com a energia de Paulo Afonso. Igualmente, à frente da Prefeitura de Natal assume Djalma Maranhão, político identificado com os ideais do movimento nacionalista de João Goulart.

Segundo José Willington Germano¹⁶, ^{De quem?} sua administração observou os seguintes aspectos: modernização administrativa e estabelecimento de infra-estrututa necessária ao processo de industrialização; aliança com o imperialismo norte-americano através da "Aliança para o Progresso", onde obteve mediante convênios, recursos financeiros para a concretização do seu programa de governo; práticas repressivas na direção do aparelho de Estado.

Seguindo a mesma linha de entendimento argumenta Calazans Fernandes¹⁷ que "no Rio Grande do Norte, o udenista recém-chegado ao

¹⁶ Germano, José Willington. Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão. p.58

¹⁷ Fernandes, Calazans. Os filhotes da guerra fria, p.22

Governo Estadual, Aluizio Alves, um dos expoentes mais articulados da equipe de jornalistas e conselheiros formatadores da candidatura Magalhães, projetava-se, além-fronteiras, como porta-bandeira, para o Nordeste e o Brasil, como competente administrador local da proposta de Kennedy, localmente traduzida em ações políticas e contratos para construção de milhares de obras, adubadas com os dólares da Aliança, a serem guardados, preferencialmente, nas burras do banqueiro da UDN, que simultaneamente chegava ao Governo de Minas Gerais determinado a expandir a base udenista da candidatura à Presidência e que, pela primeira vez, interessado no progresso regional, mandava instalar as agências do seu banco em todas as capitais do Nordeste.”

Eletrificação, abastecimento de água, estradas e telecomunicações, foram pontos importantes realizados na sua administração, ~~onde~~ ^{quando} foram criadas a Cosern e a Telem.

Porém, lembra ainda José Willington Germano¹⁸ que “*embora o governador Aluizio Alves tenha se declarado da ‘esquerda positiva’, isto é, favorável às reformas com a ‘manutenção das instituições democráticas’, logo aderiu ao golpe militar de 1964 e, ainda por cima, com base no Ato Institucional nº 1, instaurou no âmbito do governo estadual um IPM para ‘apurar a subversão e corrupção’ no Rio Grande do Norte, cuja direção foi entregue aos policiais pernambucanos Carlos Veras e José Domingos, especialmente convidados para esse fim.*”

Em 07.01.64, o Diário de Natal nº 7.077 noticiava que “*a greve dos marítimos parou dois navios no porto de Natal*”. Outra greve encontrava-se por ser deflagrada, desta vez pelos empregados em empresas de combustíveis. Esses movimentos grevistas local acompanhavam os movimentos

¹⁸ op.cit.p.66

de âmbito nacional, reivindicatórios de melhoria de condições de trabalho e de reposição salarial, esta, em virtude da espiral inflacionária pela qual atravessava o país.

Nesse mês de janeiro, o governador Aluizio Alves encaminhou à Assembléia Legislativa o projeto de reforma administrativa com a qual pretendeu extinguir secretarias e cargos públicos. Na esfera municipal, a administração de Djalma Maranhão implantou a Campanha “*de pé no chão também se aprende a ler*”, o que constituiu no primeiro plano de alfabetização em massa da população, com o ensino sendo ministrado em galpões construídos com palhas de coqueiro. Foi por sua administração municipal elaborado um plano para instalação de bibliotecas populares em todos os bairros da capital, chamados de “Postos de Empréstimos”.

Vitorioso o movimento revolucionário de 31.03.64, no dia 02.04.64 o governador Aluizio Alves emitiu nota publicada no Diário Oficial do Estado nº 544, com o seguinte conteúdo: “*Ao Povo do Rio Grande do Norte: O Governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem deflagrado sob a liderança do Governador Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apóio aos ideais dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática, realmente ameaçada por atitudes-fatos que não eram ainda do conhecimento público. Lamenta que o Presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte, no plano do seu desenvolvimento econômico-social, além de uma luta áspera por modificar estruturas que precisam ser urgente e profundamente reformadas para atender aos anseios do progresso nacional, não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país a um impasse intolerável, que só pode ser solucionado com o respeito às tradições das Forças Armadas, o restabelecimento da tranqüilidade e da paz,*

cujos anseios estão sendo interpretados pela firme e corajosa atitude do Governador de Minas. O Governador do Estado pede ao povo que fique tranquilo e confie no esforço que fará para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte e da Democracia.”

Rompia-se dessa forma a neutralidade do governador diante dos acontecimentos que conduziram à deposição do presidente João Goulart. Percebe-se que a nota oficial reflete em seu conteúdo a preocupação em preservar o regime democrático, mesmo o movimento apresentando características firmemente golpistas.

Noutra nota oficial publicada nesse mesmo dia, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte convocou em caráter permanente os seus deputados, até que a situação política pudesse estar sob controle e, de acordo com o seu conteúdo, em “ *condição necessária e suficiente para o melhor funcionamento de nossas instituições democráticas.*”

Em 03.04.64, o deputado Walmir Targino requereu junto à Presidência da Assembléia Legislativa, a concessão do voto de confiança aos Comandos Militares das três armas, argumentando que “*nesta hora difícil em que atravessa a Nação Brasileira, saberão conduzir com o patrimônio de sempre os destinos de nosso povo, salvando as instituições democráticas e cristãs que herdamos de nossos avós, e pretendemos transmiti-las aos nossos filhos e netos evitando de uma vez por todas que o nosso auri-verde pendão seja substituído pela bandeira da ‘Foice e do martelo’.*”¹⁹

¹⁹ Diário Oficial do Estado, 03.04.64,p.3

Observou Mailde Pinto Galvão²⁰, cuja obra focaliza através do seu testemunho os acontecimentos que atingiram a Prefeitura Municipal de Natal, ^{quã} deflagrado o movimento golpista, Djalma Maranhão emite ^{em} nota em apoio ao presidente João Goulart, declarando que a “*Prefeitura de Natal tornava-se, a partir daquele momento, o quartel-general da legalidade e da resistência.*” Para a autora, a ênfase da medida irritou os militares e foi interpretada como uma ameaça de mobilização para a resistência popular. Afirmou, ^{por} fim, que tal atitude não atraiu ninguém, permanecendo a população mal informada e indiferente aos acontecimentos, mesmo constatado o tráfego de jipes e caminhões do Exército transportando militares armados, que ocupavam os pontos da cidade considerados estratégicos.

Com as prisões de Djalma Maranhão e Luiz Gonsaga dos Santos, elegeu a Câmara Municipal o Almirante Tertius Rebelo para o cargo de Prefeito e o vereador Raimundo Elpídio, para o cargo de vice-prefeito. A posse nos respectivos cargos ocorreu em 05.04.64.

Na tarde do dia 07.04.64, em frente ao Quartel-General do Exército, realizou-se na Capital uma manifestação pública em favor do movimento revolucionário, com a “Marcha da Família com Deus”, uma homenagem da mulher potiguar às Forças Armadas, participando na condição de oradores, nesse ato público, os estudantes Ivo Dantas e Iberê Ferreira de Souza, o industrial Francisco Dantas Guedes, o professor Paulo Pinheiro de Viveiros, além do governador e seu vice Teodorico Bezerra.

Como relatado na obra de Mailde Pinto Galvão²¹, “*o povo massificado atendeu, entusiasmado, à convocação do governo, cantou o Hino*

²⁰ Galvão, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril, p.15/17

²¹ op.cit.p.42

Nacional, aplaudiu e deslumbrou-se com as promessas de paz, progresso e salvação da pátria. Foguetões espocavam naquela tarde chuvosa. Pude observar a alegria das pessoas que voltavam da concentração, cansadas e suadas mas com o Brasil 'salvo' de todos os males."

O "impeachment" do Prefeito Djalma Maranhão e do Vice-Prefeito Luiz Gonzaga dos Santos, ocorrido em 03.04.64, foi consignado através da Resolução nº 42, emitida pela Câmara Municipal de Natal, publicada em 24.04.64, "*considerando que a permanência dos mesmos no exercício dos seus respectivos cargos representa uma constante ameaça e um indiscutível perigo contra as instituições do regime democrático*". Por esse ato foram declarados vacantes os respectivos cargos públicos. Existe neste ato uma semelhança com a declaração de vacância que depôs o presidente João Goulart.

Visitando o Estado do Rio Grande do Norte, Edward T. Rowell, Cônsul Geral Norte-Americano, proferiu um discurso na Assembléia Legislativa asseverando que "*o povo brasileiro acaba de sufocar o terrível cancro que ameaçava sua liberdade e democracia pelo modo mais louvável e enérgico que foi a Revolução de 31 de março.*"²²

O caráter repressor por parte da administração do governador Aluizio Alves encontra-se perfeitamente exteriorizada quando, através da Portaria nº 137, de 09 de abril de 1964, firmada pelo então Secretário de Segurança Pública, Sr. Ulysses Cavalcanti, dissolveu o Comando Estadual dos Trabalhadores-CET, sob o argumento de serem os seus líderes reconhecidamente comunistas, e, ainda mais, "*que a auto-preservação do regime, das instituições, das próprias classes sociais, está a exigir medidas*

²² Diário Oficial do Estado, 05.06.64, p.3

assecuratórias, à liberdade e aos inalienáveis direitos do homem livre e democrata".²³

No dia 10.04.64, os Presidentes de Assembléias Legislativas Estaduais, encontrando-se o Estado do Rio Grande do Norte representado pelo deputado Roberto Pereira Varela, reunidos em São Paulo, depois de refletirem sobre aqueles últimos acontecimentos políticos e a conjuntura nacional, emitiram conjuntamente um "Manifesto à Nação",²⁴ considerando primeiramente que a "*revolução democrática, movimento identificado com a opinião pública nacional, deve ser enaltecida por ter-se constituído em resistência às investidas comunototalitárias.*"

Consideraram ademais que "*a República se encontrava ameaçada em suas bases institucionais, pelo desvirtuamento do sindicalismo e permanentes ameaças à independência e soberania nacionais; se implantara clima de intranquilidade e dessassossêgo gerado por sucessivos atos atentatórios ao Congresso, às liberdades humanas, à Constituição e ao conceito do Brasil no exterior; a demagogia desenfreada e a corrupção administrativa minavam as reservas morais do país, colocando-o num planolizado de consequência ameaçadora ao nosso destino livre e democrático; se tramava a incompatibilização da opinião pública com o Parlamento, apontado como incapaz de dar solução aos reclamos do bem estar social e do desenvolvimento nacional; através de sucessivos atos, procurava-se destruir as estruturas de nossas Forças Armadas, subvertendo-se a disciplina e os princípios da hierarquia; era ostensiva a infiltração de entidades comunistas ou filo-comunistas e de seus agentes no movimento sindical brasileiro, intencionalmente desviado dos legítimos objetivos das massas trabalhadora.*"

²³ Diário Oficial do Estado, 10.04.64, p.1

²⁴ Diário Oficial do Estado, 09.05.64, p.4

Por fim, resolveram conjuntamente “ *solidarizar-se com as Forças Armadas nacionais pela sua pronta e enérgica intervenção para eceitar a guerra civil, restaurar a ordem constitucional e assegurar a sobrevivência do regime democrático; congratular-se com os Governadores que, unidos aos Chefes Militares, vêm exercendo relevante papel no atual movimento de redenção nacional; destacar o inestimável serviço prestado pela imprensa livre e democrática que, orientando e alertando a Nação, se constituiu num dos principais fatores da luta contra o comunismo e a subversão do sistema constitucional; reconhecer e apoiar o Ato Institucional, baixado pelos altos Chefes das Forças Armadas, como medida transitória, criadora das condições indispensáveis ao fortalecimento das instituições e a restauração da verdadeira legalidade.*”

Com o propósito de ratificar o Ato Institucional nº 01, foram criadas nos âmbitos estadual, municipal e federal, comissões de investigação que tinham o objetivo de apurar atentados cometidos por servidores públicos contra a segurança nacional, o regime democrático e a probidade funcional.

Na esfera estadual, a comissão foi criada pelo Decreto nº 4224, de 20 de abril de 1964, publicado no Diário Oficial do Estado em 29.04.64, era composta pelo Dr. Jocelyn Villar de Melo, Cel. Ulysses Cavalcanti, Cel. Sílvio Ferreira da Silva, Dr. Abelardo Calafange e Cel. Luciano Veras Saldanha, e tinha por finalidade a “ *apuração dos atos e das atividades dos servidores públicos, estaduais ou municipais, civis ou militares, que envolvam atividades subversivas e anti-nacionais, bem como aquelas que se exercem ou se exerceram contra o patrimônio público ou derrespeito à autoridade constituída, na forma do art. 7º e seus parágrafos do Ato Institucional.* “ A comissão contava ainda com o assessoramento do Capitão da Polícia Militar do Estado de

Pernambuco, José Domingos da Silva, posto à disposição do governo estadual, atuando como Delegado de Polícia Especial, com jurisdição em todo o Estado.

O Prefeito Municipal Tertius Rebello também criou na esfera municipal a Comissão de investigação para apurar atentados contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade funcional, através do Decreto nº 658 de 15.05.64. A Comissão era presidida pelo Dr. Rodolfo Pereira, composta ainda pelo Capitão da Marinha, Humberto Romero, pelo Capitão do Exército, Gerardo Parente e pelo Coronel da Polícia Militar, Severino Bezerra.

A própria Câmara Municipal, através da portaria nº 043, publicada no Diário Oficial do Estado em 28.06.64, também instituiu sua Comissão de investigação, composta pelo vereador José Gurgel Guará, pelo Major do Exército Miguel Dantas da Silva, pelo Major da Polícia Militar, Geraldo Laurentino da Silva e pelo Tenente do Corpo de Fuzileiros Navais, Denis David Lupovici.

Essas comissões de investigação funcionavam no Quartel da Polícia Militar, no Quartel do 16^o Regimento de Infantaria e no Quartel do Regimento de Obuzes. Sob a bandeira do combate ao comunismo e em defesa das instituições democráticas muitas prisões e inquéritos foram realizados pelos militares.

Evlím Medeiros, membro do Partido Comunista Brasileiro e dirigente do Comando Estadual dos Trabalhadores foi o primeiro preso político no Estado e, de acordo com o relatório do Delegado Carlos Veras citado na obra de Mailde Pinto²⁵, acusado de “*contribuir para o partido com a importância de cinquenta cruzeiros mensais e haver disputado a eleição para deputado*”

²⁵ op.cit.p.44

estadual sob a legenda do Partido Republicano, apoiado não só pelo Partido como por várias organizações sindicais”.

Alguns presos políticos podem ser ainda mencionados: os advogados Hélio Xavier de Vasconcelos - a quem foi concedido o primeiro *habeas corpus* -, Paulo Frassinete de Oliveira, Guaracy Queiroz de Oliveira, Geraldo Pereira de Paula, Marcos José de Castro Guerra, Gileno Guanabara, o professor Omar Fernandes Pimenta, os médicos Geniberto de Paiva Campos, José Arruda Fialho e Vulpiano Cavalcanti de Araújo, o professor João Faustino Neto, então presidente da União Estadual de Estudantes, o jornalista Raimundo Ubirajara de Macedo, entre outros.

Por tudo isso, conclui-se que o Rio Grande do Norte convalidou o golpe de Estado praticado pelos militares em 1964, com o apoio dos principais representantes legais dos poderes Executivo e Legislativo, bem assim da sociedade civil, em defesa, paradoxalmente, da democracia, da liberdade e da legalidade.

Os diversos atos administrativos e leis baixados nesse período no Estado do Rio Grande do Norte confirmam a tese do apoio ao movimento golpista, incluindo uma cassação ilegal de mandato, do prefeito municipal Djalma Maranhão.



BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA, Moniz. O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil(1961-1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. 186p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. Carmen C. Varriale et al. 8.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995, 2v.
- CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Constituições do Brasil. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 726p.
- CHIAVENATO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. São Paulo: Moderna, 1994. 136p.
- COELHO, Thomaz. À sombra do sistema. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 163p.
- DULLES, John W.F. Castelo Branco: o presidente reformador. Trad. Heitor A. Herrera. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. cap. 1, p. 3-36: Estabelecendo diretrizes e impondo punições.
- FERNANDES, Calazans. Os filhotes da guerra fria - II. O Poti, Natal, 26 de maio de 1996. p. 22
- GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril. Natal: Ed. Clima, 1994. 204p.
- GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil(1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão. São Paulo: Autores Associados, 1982, cap.1, p. 43-66: A política do Rio Grande do Norte no início dos anos 60.

LANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 190p.

JAGUARIBE, Hélio. O modelo político e a estrutura econômico-social brasileira. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.4, p. 129-166, out.1978.

O GOLPE na estrada. Veja, São Paulo, n. 13, p. 38-45, mar.1994.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 136p.

PAES, Maria Helena Simões. Em nome da segurança nacional. São Paulo: Atual, 1995. 91p.

RAPOSO, Eduardo (Coord). 1964, 30 anos depois. Rio de Janeiro: Agir, 1994. 276p.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 4222 de 9 de abril de 1964. Diário Oficial do Estado, Natal, 10 de abril de 1964, p. 1.

_____. Decreto nº 658 de 15 de maio de 1964. Diário Oficial do Estado, Natal, 16 de maio de 1964, p.5

_____. Resolução nº 42 de 03 de abril de 1964. Diário Oficial do Estado, Natal, 24 de abril de 1964, p.5



SILVA, Hélio. 1964: golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, 476p.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 512p.

_____. Brasil: de Castelo a Tancredo. Trad. Mário Salviano Silva. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.

TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe de 64. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 123p.